

DISCURSO DO BASTONÁRIO PEDRO PITTA
NA SESSÃO DE HOMENAGEM AOS FALECIDOS
BASTONÁRIOS CATANHO DE MENEZES
E MORAIS CARVALHO (*)

Senhores Bastonários
Prezados Colegas
Minhas Senhoras e
Meus Senhores:

Mais uma vez o Instituto da Conferência inicia os seus trabalhos com uma sessão de homenagem a grandes valores da advocacia que deixaram, já, de pertencer ao mundo em que vivemos.

Entre esses, contam-se os Drs. Catanho de Menezes e Moraes Carvalho — os únicos, dos que me antecederam nesta presidência, que não receberam ainda a homenagem da nossa admiração e do nosso respeito em sessão solene e pública que consagre os seus méritos e afirme a nossa gratidão pelos exemplos que nos legaram e pelos serviços que prestaram à instituição.

Para nos desobrigarmos estamos reunidos. E não pense alguém que, fazendo-o, vamos além do que é nosso dever.

(*) Discurso proferido na Ordem dos Advogados, em Lisboa, na sessão solene de 31 de Janeiro de 1963.

Tenho sempre reconhecido, em repetidas declarações, que servir a nossa Ordem não constitui em nenhum caso título de crédito, pois quanto se lhe dá é sempre bem menos do que se lhe deve. Longe, portanto, de constituir virtude ou merecimento, é obrigação que não comporta escusa, honra que muito desvanece.

E é assim, na verdade. Mas só para quem serve; não para quantos utilizam préstimos e serviços. A gratidão é virtude que honra e engrandece, e a palavra «obrigado» é daquelas que maior conforto dão a quem a profere.

Dir-me-ão — eu sei — que os dois hoje homenageados têm os seus retratos nas paredes desta sala.

Bem sei. Mas os retratos são mudos; não falam. Quem para eles olhar fica sabendo somente que os retratados foram presidentes desta Ordem.

Quem foram, o que fizeram, não dizem.

Há que dar vida ao retrato. Ligá-lo ao nome; iluminá-lo com a notícia do valor e dos serviços prestados; fazer, em suma, a biografia. Exceptuado eu, ninguém presidiu a esta Ordem sem que o merecesse.

Para isso, precisamente, é que se fizeram os elogios históricos.

Por mim, nesta presidência, já os promovi e vi realizados quanto a quatro; com dois que hoje se fazem, não fica outro a fazer.

Não está nas minhas possibilidades ir muito além e, não podendo mais, tenho de contentar-me com os que ocuparam o primeiro lugar na hierarquia da Ordem; embora sentindo profunda tristeza ao ver a geração que à minha sucedeu — essa já — pouca ideia fazer de quem foram Alves de Sá, Cunha e Costa, Alexandre Braga, Afonso Costa, o velho Barbosa de Magalhães, Mário Monteiro, Orlando de Melo

do Rego, Matos Cid, Manuel Duarte, e tantos, tantos — que a nossa classe tem sido muito rica de valores — que muito admirei numa mocidade de que já me encontro tão distante.

Dos velhos ensinamentos populares — de que tanto gosto e muito aplico — bem poucos serão os que não têm acerto; e é com certeza um dos mais certos, o que ensina que «quem desaparece esquece».

Vida para além da morte é, efectivamente, dita que apenas a raros é concedida.

Para as nossas publicações irão os elogios históricos que hoje são feitos; e, assim, eles ficarão nos nossos arquivos, para as gerações vindouras.

Dois distintos colegas aceitaram a missão de realizá-los. Do ilhéu que foi Catanho de Menezes, falará o Dr. Fernando Calixto — outro ilhéu, nascido embora em diferente arquipélago; o Dr. João Paulo Cancellia de Abreu falará de Moraes Carvalho, que foi seu padrinho, seu patrono e seu grande amigo, como já fora de seu pai.

O Dr. Fernando Calixto, filho do notário Pedro da Rocha Calixto, nasceu na Ilha de S. Miguel em 1911.

Em 1927, tendo antes iniciado os estudos no liceu de Ponta Delgada, frequentava, já falecido seu pai, o liceu de Coimbra; e em 1931, frequentando já a Faculdade de Direito de Lisboa, a falta de recursos obrigou-o a interromper a formatura.

Lutador, procurava meio de ganhar honradamente a sua vida. E vemo-lo repórter do *Século* e, em seguida, redactor do *Diário Popular* e colaborador de *O Diabo*.

Trabalhando para ganhar e para poder estudar, consegue formar-se. Estagia com Campos Melo, com quem fica trabalhando até conseguir escritório seu.

O hábito de escrever — e ele habituara-se a escrever bem

— leva-o a publicar vários trabalhos, entre os quais saliento: *Nas escadas do tribunal, Ao arrepio da prova e Ser advogado é também uma honra.*

O Dr. Fernando Calixto tem, também, uma grande actuação no foro criminal. Entre outros importantes processos, interveio como defensor no chamado «processo do assassino da Guiné»; e conseguiu ver condenado em simples prisão correccional o arguido de homicídio voluntário, de homicídio frustrado e de ofensas corporais voluntárias, no chamado «crime do Caramão da Ajuda».

O Dr. João Paulo Cancellia de Abreu é outro novo, que conseguiu afirmar-se como advogado.

Nascido em 1920, concluiu a formatura em 1944 com distinção, apresentando a tese *Do direito do Estado às heranças vagas.*

Filho e neto de distintos juriconsultos, parece que já nasceu com a mesma vocação. Seu avô foi o Conselheiro Abel de Matos Abreu; seu pai é o Dr. Paulo Cancellia de Abreu — o grande advogado que muito admiro e prezo; o amigo que foi meu companheiro no Conselho Superior; que nunca falta ao meu lado na reivindicação dos direitos da nossa Ordem e na defesa dos nossos colegas; a quem presto a homenagem do meu respeito e da minha gratidão.

O Dr. João Paulo estagiou com o Dr. Morais Carvalho; e ao seu lado e de seu pai começou advogando.

Devem-se-lhe vários artigos jurídicos publicados em *O Direito*, e tem sido notável a sua intervenção em variadas questões de direito internacional privado, de direito administrativo e fiscal, de direito de família e sucessões, etc.

Os dois oradores de hoje são membros do Conselho Distrital de Lisboa; e penso que em boa hora os convidei para estas missões.



Evito sempre falar muito dos homenageados quando a outros confiei os seus elogios históricos. Reputo deslealdade fazê-los dizer, depois de mim, o que me antecipasse em dizer.

Por isso, procuro utilizar apenas os factos caracteristicamente pessoais, quase sòmente do meu conhecimento e que, portanto, não deverão ser utilizados pelos oradores deles incumbidos.

Não vejo razão para modificar o que tem constituído esta norma invariável; e, por consequência, ainda desta vez só referirei uma ou outra nota pessoal ou qualquer incidente comigo passado e que contribua para melhor definir um carácter, um valor, ou um simples modo de ser.

Catanho de Menezes era madeirense como eu: nasceu na parte mais bonita da linda ilha, no sopé do pico mais alto que ela tem, onde as flores tomam o lugar das ervas e, com flores, se povoam as margens dos caminhos e se fazem os combros e linhas divisórias.

Não ousou afirmar, embora o suponha, que foram as flores — tantas flores! — que ajudaram a formar a delicadeza do seu trato.

Amigo de um dos meus avós e, depois, também do meu pai, quando nos encontrámos certo dia em um processo — um de cada lado — eu, ainda a iniciar-me nos tribunais de Lisboa, ele pisando o ocaso da profissão, não me senti à vontade; e não foi por minha causa que não foram excelentes as relações que passámos a ter.

A paixão que tomámos por aquela causa foi tal, ou foi tal o interesse, o capricho, em não nos deixarmos vencer um pelo outro, que procedemos como não devíamos e como

eu não costumava proceder — não me custa, pelo que me respeita, confessar.

Reclamações recíprocas, protestos, agressividade crescente e, afinal, intervenção do juiz.

As coisas modificaram-se inteiramente. Mas inteiramente — digo bem — porque um cerimonioso cumprimento, à saída, substituiu a afabilidade com que antes me tratara.

Revoltou-me este procedimento e também, por minha parte, não mantive o tratamento que lhe dera.

De ali por diante, apenas cerimónia recíproca, poucos cumprimentos, e os anos foram decorrendo.

Catanho, em certo dia, apareceu na Câmara dos Deputados como ministro da Justiça.

Sem que eu o procurasse, o certo é que, a cada passo, as nossas ideias, os nossos modos de ver chocavam-se, collocando-nos frente a frente. Não o poupava nas minhas discordâncias — ainda confesso — e devo ter sido o adversário maior e mais persistente que ele teve naquela Câmara.

A proposta de lei que se transformou na lei n. 1.662 deu origem a uma luta dura e tenaz entre nós dois, como ainda pode ver-se nos diários das sessões.

A proposta tinha, confessadamente, como objectivo, dar protecção aos inquilinos, e o ministro batia-se apaixonadamente por ela e por eles; eu entendia também que aos inquilinos deveria ser-lhes assegurado o lar, mas sem se espoliarem os senhorios dos seus direitos e do que era legitimamente seu.

«O seu a cujo é» — no velho e consagrado dizer. E resumia assim o meu modo de pensar: habitação assegurada ao inquilino, com obrigação de progressivo aumento nas rendas a pagar ao senhorio.

Sessões diversas, intercaladas de sessões nocturnas, e foi

numa destas — se bem me recordo — que o ministro, para justificar a necessidade de certo preceito, afirmou:

— «Passem-me os senhorios suas procurações e — tal é o que permite a lei em vigor! — farei despejar meia Lisboa».

Pedindo-lhe autorização para o interromper e obtendo-a, retorqui:

— «Talvez. Admito-o. Mas sòmente no caso de os inquilinos a mim a não passarem».

Sem que, em verdade, houvesse para isso grande razão, eu, com esta interrupção, irritei-o profundamente e havia — como costuma dizer-se — enchido a medida. Nesse dia, simulou não me ver para me não falar.

E eu — claro — como não me faltava irreverência quando a reputava necessária, não o contrariei. Reciprocamente... «não nos víamos nem nos achávamos», como também diz o povo, exprimindo com felicidade um pensamento.

Outra noite veio, algum tempo decorrido, modificar este estado das nossas relações.

Noite também de sessão nocturna no Parlamento.

À tarde escura e carregada de nuvens, sucedeu a noite de temporal que se adivinhava e que rebentou logo com a maior força e intensidade. Bátégas de água caíam cerradas, chicotando com força e as faíscas, aos zigue-zagues, terminavam com estrepitosos trovões; e o vento cantava uma daquelas canções com acompanhamento de assobios, que nos desperta o gosto de não voltar a ouvir.

Apanhado no caminho por esta horrível tempestade, só a muito custo conseguia — quase apalpando a escuridão e a barreira formada pela chuva compacta — ir avançando para o meu destino.

A certa altura — já Catanho não era ministro, mas apenas senador — a luz de um relâmpago permitiu-me vê-lo metido

num portal. Devia ter sido surpreendido pela violência com que o temporal rebentara.

Não sei se por compaixão, se foi o desejo de agarrar pelos cabelos aquela oportunidade para restabelecer relações, parei o carro e, abrindo a porta, convidei-o a entrar.

Vi a sua hesitação, recebi uma primeira negativa acompanhada de um «obrigado», mas à minha insistência acedeu.

Até entrarmos no elevador, não trocámos qualquer palavra mais. Mas depois tudo mudou. Fui seu amigo; creio que ele também o foi. Agora ao tomar a iniciativa desta homenagem, experimento um duplo sentimento: pena, pelo tempo que perdemos, a caturrar; suave consolação por prestar àquele grande advogado o reconhecimento do seu muito valor.

E nenhum de nós, afinal, podia ser responsável pelas birras teimosas que nos separaram durante algum tempo.

Éramos... ilhéus, os dois.



Morais Carvalho era advogado distintíssimo. Penso, todavia, pelo modo como se empenhava em ocultar o seu valor, que ele desejava pedir perdão por tão grande ser o seu merecimento.

Só uma vez nos havíamos defrontado em um recurso, na Relação e no Supremo, quando o conheci na Câmara dos Deputados.

Estávamos em campos opostos: ele monárquico, eu republicano. De comum, entre nós, havia o respeito — que ambos sentíamos — pelo pensar contrário; a admissão de ser verdade para uns o que é mentira para outros, todos agindo com sinceridade idêntica; a certeza de que a correcção e a cortesia são essenciais para a boa convivência entre os homens.

Desde a primeira hora, estimámo-nos; e muitas vezes, enquanto outros discutiam, nós trocávamos em perfeita harmonia impressões sobre literatura ou sobre arte, sobre direito ou sobre processos, afastados das paixões que separam os homens e chegam, por vezes, a escurecer-lhes ideias e pensamentos.

Em certo dia, quando menos poderia esperar-se, por vir inteiramente a despropósito, um deputado, usando da palavra, fez a afirmação de que os monárquicos, ao irem para Monsanto após a morte de Sidónio Pais, tinham sido traidores à Pátria.

Revoltou-me a injustiça da afirmação e no meio do silêncio que se seguiu, declarei:

— «Os monárquicos, indo para Monsanto, foram tão pouco traidores à Pátria, como os republicanos quando, em 1910, foram para a Rotunda.

«Uns, como os outros, estavam convencidos de que o melhor era o regime por que se batiam. A diferença — essa sim, bem sensível — está em que uns foram vencedores, e vencidos os outros».

E acrescentei:

— «O meu respeito vai, igual, para todos aqueles que arriscaram a própria vida pelo seu ideal».

Depois de um, em nome de todos, haver lavrado enérgico protesto, os deputados monárquicos abandonaram a sala.

Nesse tempo, a circunstância de uma minoria — mesmo monárquica e constituída por número reduzido de deputados — abandonar os trabalhos parlamentares era considerado acontecimento gravíssimo.

Tão grave, que o presidente do Ministério — o Eng. António Maria da Silva — imediatamente veio junto de mim, seu adversário político, pedindo-me que utilizasse a boa disposi-

ção em que a minoria monárquica devia estar para comigo, devido à minha intervenção, para fazê-la regressar aos trabalhos parlamentares.

— «É um grande serviço que presta à República» — acrescentou.

Para mim, aquele abandono era, também, um facto gravíssimo. E não me escusei.

Entre aqueles que constituíam a minoria monárquica, não havia quem, comigo, tivesse más relações; mas eu, ao tempo, entendia-me melhor com Morais Carvalho — aquele, de entre todos, que eu considerava; não direi menos faccioso, mas menos apaixonado e, por consequência, mais tratável. A ele me dirigi.

O presidente do Ministério tinha visto claro: só encontrei boa disposição e boa vontade; e, em poucos dias, eu via satisfatoriamente realizada a missão de que me incumbira.

No mesmo dia e quase ao mesmo tempo, eu era abraçado por ele e por Morais Carvalho.

São passados anos, muitos anos; mas ainda agora recordo a sensação que experimentei então.

É que nós tínhamos, uns pelos outros — e raras eram as excepções —, por eles e pelas suas ideias, embora contrárias às nossas, um grande respeito. A tolerância não era palavra oca ou despida de sentido.

Penso ainda hoje — como então pensava — que os homens podem sempre entender-se, mesmo aqueles que mais separados se encontrem pela diversidade das suas ideias, desde que não se alheiem da sinceridade e do respeito que reciprocamente se devem.

Até ao fim da sua vida conservámos — Morais Carvalho e eu — a amizade que nasceu ao iniciar-se o nosso convívio

e que estas negociações — fazendo que melhor nos conhecêssemos — definitivamente consolidaram.

Há sete anos, quando surgiram os primeiros rumores da apresentação da minha candidatura a esta presidência e, ao mesmo tempo, a notícia da minha escusa, senti o seu affecto na insistência com que me pediu para aceitar.

Não era o trabalho nem a responsabilidade o que eu temia — e ele afirmava sabê-lo bem; era o receio de que não chegassem os meus fracos méritos para o bom desempenho do cargo.

Ofereceu-me a sua colaboração, mas deu-me muito melhor: o exemplo.

Sinto especial conforto em que esta homenagem — tão justa! — lhe seja prestada ocupando eu o cargo em que me antecedeu e em que desejou ver-me.



Meus Senhores:

Tenho sempre presente, entre os muitos ensinamentos que recebi do meu Pai, aquella sentença popular, que tantas vezes nos repetia — a meus irmãos e a mim — que afirma ser sòmente depois de pagar-se quanto se deve, que podemos saber quanto se tem.

Os créditos que sobre nós tinham os dois homenageados de hoje não se baseiam em títulos exequíveis, ou simplesmente exigíveis, e as leis escritas não contêm preceito que imponha pagamento.

São dívidas, das chamadas «dívidas de consciência», mas, por isso mesmo, esta só assina o título de quitação quando efectivamente se pagou.

A Ordem dos Advogados de Portugal está pagando dívidas dessa espécie; e é inegável que, como devedora honrada, tem como um dos seus melhores dias este, em que paga aos seus credores.